

LIXO INDUSTRIALIZADO, CONSUMO E DESCARTE: VIVÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS
MATIS (AMAZÔNIA, BRASIL) E GUARANI (CIUDAD DEL ESTE, PARANÁ, PARAGUAY)

Barbara M. Arisi

Marina A. Cantero

Povos indígenas têm “problemas” com lixo? Por que interessa estudar como dois grupos indígenas lidam com o consumo e o descarte de materiais industrializados? Um povo é formado por cerca de 330 pessoas e vive numa área de floresta no Vale do Javari, na Amazônia brasileira, onde há lugar suficiente para abrir buracos no solo e aterrar o lixo que, como quase tudo no mato, irá se degradar e se transformar ao longo dos anos, sem causar grandes estragos ao meio ambiente. Lá, portanto, eles não devem ter problema algum. O outro povo vive do lixão, trabalhando como coletor ou catador em Ciudad del Este, Paraguai, uma das mecas de consumo de produtos industrializados, a maioria importada “made in China” e cujas embalagens são deixadas por lá, na tentativa de driblar a fiscalização da Receita Federal. Eles vivem do lixo, então, não teriam problema com lixo, certo? Bem, esperamos mostrar, nesse texto, as experiências de ambos povos que vivem em regiões transfronteiriças na América Latina para nos fazer refletir sobre nossas relações com o lixo industrial.

Este texto procura mostrar como dois povos indígenas lidam com o lixo.¹ O primeiro caso apresentado, do povo indígena Matis, que vive na Amazônia, na segunda maior terra indígena brasileira,²

1 Como analisa Liborian (2015), ao tratar dos plasticidas como espécies de “miasmas” que afetam ao povos indígenas que habitam o polo Ártico, nenhum povo na terra está livre dos grandes impactos dos rejeitos industriais.

2 A Terra Indígena Vale do Javari possui 8,5 milhões de hectares e sua população é estimada em 5.750 pessoas que possuem contato com o governo brasileiro e cerca

mostra algumas das preocupações contemporâneas que eles têm com relação ao aumento do consumo (ARISI, 2009) e do descarte. O segundo exemplo apresenta a experiência de uma parcialidade do povo Guarani que tira seu sustento de um lixão na cidade de Ciudad del Este,³ segunda maior cidade em termos econômicos e populacionais do Paraguai. Esperamos que os dilemas enfrentados por eles possam nos fazer repensar os dramas urbanos provocados pelo aumento de consumo de bens industrializados que não se deterioram facilmente.

A análise da etnografia matis⁴ ensina que esse povo amazônico enfrenta, em uma escala pequena, os mesmos dilemas daqueles que vivem em cidades com relação às dificuldades provocadas pelo aumento veloz do consumo em nível industrial e a necessidade de descarte de resíduos. O breve estudo sobre os Avá Guarani mostra como é o lado menos visível de uma cidade cuja economia vive de vender produtos industrializados em grande escala, abastecendo um mercado de vendedores ambulantes que trabalham em “camelódromo

de 3 mil indígenas que não possuem contato permanente com os demais povos ou com funcionários do governo federal. É a terra indígena com maior concentração de povos isolados do mundo.

3 Ciudad del Este é a segunda maior cidade do Paraguai e, segundo projeções da DGEEC (Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos), conta com 293.817 habitantes. O comércio local movimenta a economia do país, que oferece taxas de importação diferenciadas e muito favoráveis em relação aos países vizinhos Argentina e Brasil, sendo um importante centro de vendas de eletrônicos, perfumes e outros produtos industrializados importados da Ásia.

4 Arisi conhece os Matis desde 2003 e desenvolveu com eles 13 meses de trabalho de campo entre 2006 e 2014, dedicada a estudar as narrativas de contato e a economia que desenvolvem de sua cultura para com estrangeiros (Arisi, 2007; 2009; 2011).

mos⁵⁵ em cidades brasileiras como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, entre outras.

É bom lembrar que, no Brasil, há muito por ser feito com relação ao descarte e ao reaproveitamento de resíduos sólidos. Desde 2007, o país conta com uma Política Nacional de Saneamento Básico, a lei nº. 11.445, e, desde 2010, com a lei federal nº. 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), destinada a regular o gerenciamento nacional de saneamento e de tratamento do lixo e apresenta desafios para que os municípios organizem, melhorem e ampliem suas coletas de lixo. O país ainda possui diversos aterros sanitários e não cumpriu a meta à qual havia se determinado de eliminá-los até agosto de 2014; muitas de suas metrópoles possuem aterros próximos do nível de saturação (BESEB et al., 2014). Entretanto houveram algumas melhoras:

O atendimento da população pelos serviços de coleta de resíduos domiciliares na zona urbana está próximo da universalização. Observa-se a expansão de 79%, no ano 2000, para 97,8% em 2008 (IBGE, 2010). (...) A média de geração de resíduos sólidos urbanos no país, segundo projeções do SNIS (2010), da Abrelpe (2009), varia de 1 a 1,15 kg por hab./dia, padrão próximo aos dos países da União Europeia, cuja média é de 1,2 kg por dia por habitante (JACOBI & BESEN, 2011, p. 139).

Entretanto, os pesquisadores observam que prevalece um

“círculo vicioso” que dificulta romper com a lógica baseada em contratos que priorizam coleta, transbordo e aterramento em detrimento de uma coleta seletiva mais ampla e abrangente. Atualmente, o desafio é inverter a lógica prevalecente e investir cada vez mais na redução da produção excessiva e no desperdício, assim como na coleta seletiva

5 Camelódromos são mercados urbanos onde se reúnem tendas de vendedores ambulantes, de forma mais ou menos formal, dependendo da legislação da cidade em questão.

e na compostagem, e cada vez menos na destinação final.
(Op. cit., p. 154).

A partir daqui, deixaremos as grandes cidades para conhecer a realidade vivida pelos Matis e pelos Avá Guarani nessas que são periferias, paisagens que consideramos ser antípodas em certos sentidos. Antípodas pois os Matis vivem numa grande terra demarcada como território indígena e usufruem de caça de animais, coleta de frutos e agricultura em meio à imensa área de floresta amazônica que não sofre ainda com o impacto do desmatamento, enquanto os Avá Guarani estão relegados a acampar de forma precária na periferia urbana e retirar seu sustento da coleta em meio aos montes de lixo gerados em Ciudad del Este. Vamos, então, conhecer essas duas realidades.

Matis

Há pouco tempo, o povo indígena Matis passou a considerar um problema: ter de lidar com o lixo industrializado. Pois, até recentemente, a quantidade de detritos era pequena nessas comunidades, devido aos preços inacessíveis de produtos manufaturados – tais como aparelhos celulares, televisores, motores de popa, pilhas. Sendo assim, a circulação desses produtos era restrita. Na última década, porém, o consumo de produtos industrializados aumentou, por conta da urbanização regional, dos novos salários e benefícios sociais aos quais os povos indígenas, como outras parcelas pobres da sociedade brasileira, passaram a ter acesso e direito. Essa transformação no tipo de consumo de diversos bens manufaturados não foi seguida de uma diferenciação do destino dado ao lixo.

Entre os Matis, os resíduos plásticos tiveram, durante vários anos, o mesmo destino dos restos de alimentos e dos artefatos feitos de fibras naturais ou das panelas de cerâmica. Isso significa que a maior parte dos objetos não mais desejada ou utilizada simplesmente era

jogada atrás das casas, nas áreas verdes entre as residências ou nos caminhos que ligam as malocas (casas comunais) das aldeias. Como o espaço no entorno das casas foi abarrotando-se de lixo, os Matis tiveram de encarar o problema do que fazer com o descarte de produtos industrializados em suas aldeias, localizadas a três dias de viagem de canoa com motor peque-peque de 8HP da pequena cidade de Atalaia do Norte (AM), município próximo (30 minutos com embarcação de 200 HP) da tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia.

Os Matis estabeleceram contato com o governo brasileiro entre os anos 1976 e 1978, até então haviam mantido contato esporádico com madeireiros, caçadores e seringueiros. Todos os artefatos por eles utilizados eram produzidos por eles próprios, tais como zarabatanas, panelas e potes, redes para dormir, colares e braceletes (ERIKSON, 1996; ARISI, 2007; 2009). Com a chegada de bens industrializados, os Matis começaram a consumir utensílios feitos de ferro, alumínio e plástico, tais como rifles, alimentos embalados em plásticos e latas, roupas feitas de nylon e diversos outros materiais sintéticos, assim como a usar sapatos industrializados (ARISI, 2009; 2011).

Atualmente, apenas 30 anos depois, eles possuem computadores, telefones celulares, aparatos de mp3, lanternas, pilhas e baterias, painéis solares, conversores, redes de pesca de nylon, entre tantos outros produtos derivados do petróleo. O resultado é que suas aldeias se encheram rapidamente de um tipo diferente de lixo, um lixo que não vai embora, não desaparece, não apodrece. Atualmente, os Matis procuram alternativas para lidar com o descarte. Em cada comunidade, tentam organizar quem dentre eles será responsável por lidar com o lixo industrializado, contratado como agente indígena sanitário (AI-SAN). Ainda assim, a questão do gerenciamento do lixo está longe de ser resolvida.

Os Matis procuram enfrentar as dificuldades advindas dessa passagem de uma vida com artefatos que pereciam rápido e não deixavam tantos vestígios à nova realidade de viver entre detritos e resíduos que resistem ao tempo e ao apodrecimento, alguns dos quais são tratados como veneno. Apresentamos alguns exemplos sobre como os Matis desenvolvem atividades e reflexões para cada uma das etapas, sugeridas pelos educadores ambientais para uma melhor política de relacionamento dos consumidores com seu lixo, conhecidas como os 5 Rs: 1) repensar, 2) recusar, 3) reduzir, 4) reutilizar e 5) reciclar.

Repensar. Os velhos comentam que o lixo fede e criticam os jovens por serem consumistas. Em sua pesquisa, realizada entre 2006 e 2014, Arisi presenciou diversas discussões entre gerações distintas onde um velho chamava atenção de um jovem para que esse não gastasse dinheiro com xampús, tênis ou relógios. O consumo vem sendo repensado. Alguns grupos familiares, como o encabeçado por Txami, da comunidade Todowak, optaram por viver mais acima em cabeceira de rio para, entre outros motivos, evitar que os jovens ficassem “perdendo tempo” indo e vindo da e para a cidade de Atalaia do Norte (AM) para compras e passeios.

Observamos uma diferença ao comparar os anos de 2006 e 2011. Na primeira estadia de Arisi na aldeia Aurélio, os jovens queriam comprar diversos equipamentos eletrônicos aos quais ainda não tinham acesso, como celulares e máquinas fotográficas. Em 2011, muitos já circulavam com equipamentos eletrônicos, mesmo aqueles que não tinham emprego temporário ou fixo, pois haviam herdado de seus parentes as primeiras gerações de equipamentos que haviam sido descartados para ser trocados por outros mais novos.

Recusar. Produtos poluentes, como as pilhas para lanternas, foram alvo de reflexão especial para alguns que passaram a se referir a eles com o mesmo termo empregado para tratar o veneno de caça utili-

zado nos dardos de zabaratana (o curare): “pëxó”, na língua nativa. Como os venenos e o curare (pëxó), as pilhas são tratadas com atenção diferenciada, mas não foram recusadas ou evitadas. Baterias de carro, placas de energia solar quebradas, produtos que contêm metais pesados como mercúrio ou chumbo (termômetros e equipamentos eletrônicos) descartados ficam guardados na mesma casa que abriga o atendimento de saúde ou a “farmácia”, casas de madeira onde as equipes de agente de enfermagem e agentes indígenas de saúde trabalham. Muitas vezes, observamos os mais velhos recolherem o lixo que encontravam, porventura, jogado aos fundos de alguma das casas e levarem para esse local de coleta. Os mais velhos Matis consideram que o “pessoal da saúde” deveria responsabilizar-se por transportar esses materiais para a cidade, porém, a falta de espaço nos barcos para atender às equipes de saúde que se movimentam da cidade para as comunidades indígenas impede que o lixo sempre seja levado para o aterro municipal de Atalaia do Norte. Vale anotar que o aterro desse município é bastante insalubre, a céu aberto e localizado em uma das curvas da estrada que liga o município à cidade de Benjamin Constant (AM), um típico lixão de cidade amazônica, localizado próximo a igarapés e cursos de rio.

Reduzir. Reduzir a aquisição de produtos industrializados é a ação mais difícil para os Matis, aliás, talvez tal hipótese possa ser ampliada para a maioria dos coletivos humanos. Quando acrescentamos algo em nosso hábito de consumo por que parece tão difícil abdicar e reduzir tal uso por espontânea vontade? Fato é que há um contínuo aumento de consumo, por parte dos Matis e não parece haver redução. Há cerca de 20 anos, alguns homens Matis começaram a receber salário para trabalhar para a FUNAI como vigilantes na Base da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, na confluência dos rios Ituí e Itacoaí, a fim de evitar a entrada de pescadores e caça-

dores ilegais em território indígena. Outros recebem salário mínimo para exercer funções de professor ou de agente de saúde. Com esse dinheiro e aquele advindo do acesso à aposentadoria e benefícios sociais, os Matis puderam começar a comprar seus próprios objetos industrializados e cortar a dependência, criada nos primeiros anos de contato, de obter objetos manufaturados apenas através dos servidores do governo brasileiro ou dos índios que trabalhavam para o governo e levavam objetos para trocar com os Matis por seus arcos, suas zarabatanas e colares, por exemplo.

Não há redução de consumo de objetos industrializados, pelo contrário, há um enorme crescimento na aquisição de aparelhos de som, baterias de caminhão para recarregar, através de conversores, as pilhas e as baterias de diversos produtos eletrônicos.

Reutilizar. Os Matis reaproveitam diversos materiais na fabricação de seus utensílios domésticos. Por exemplo, elaboram raladores de mandioca (usados também para outros frutos) do seguinte modo: pegam uma lata velha de óleo de soja, a cortam com um facão (terçado) a fim de obter uma placa e depois abrem buracos nessa placa com pregos martelados para criar um ralador. O artefato é feito com esmero para que se obtenha, além de um utilitário, um ralador considerado bonito e com bom acabamento. Diversas cordas são feitas a partir de velhos tecidos. Cada bem industrializado é utilizado até que se estrague, quase nenhum objeto é abandonado quando alguém ainda considera possível utilizá-lo para algo. Nesse sentido, os Matis são um coletivo que reutiliza produtos. Seus vizinhos do povo Marubo produzem colares e braceletes a partir de canos de plástico pvc para substituir as conchas, produzindo, assim, artesanato a partir de reutilização de alguns materiais plásticos.

Reciclar. Não há reciclagem nas comunidades Matis. Como na maioria das cidades, o trabalho é mais de reutilização do que recicla-

gem propriamente dita. O reciclar é o mais caro dos “cinco Rs”, pois há necessidade de tecnologia e mão de obra especializada. Ou nem tão especializada assim, como mostra a etnografia do trabalho dos “gancheros” (catadores) e daqueles que sequer podem aspirar a ser considerados catadores, como os Avá Guarani que vivem em Ciudad del Este. Em contraste com os Matis, que vivem em plena floresta amazônica, a realidade dos índios Guarani que vivem em Ciudad del Este é bastante diferente, pois vivem ao pé do depósito de lixo da cidade que os foi desalojando e relegando-os a uma vida em meio à miséria material de tal modo, que lhe restou apenas esse local de despejo de descartáveis para viver.

Avá Guarani

Ainda que consumam em muito menor escala produtos industrializados, quando comparados com comunidades vizinhas urbanas, a parcela do povo indígena Guarani que vive em Ciudad del Este, no Paraguai, tem uma relação estreita e de dependência com o lixo industrializado. Cerca de 15 famílias desse povo indígena ganham a vida como “*gancheros*” – palavra que poderíamos traduzir ao português como catadores. Sua residência no local é considerada ilegal pelas autoridades municipais que tampouco os reconhecem como trabalhadores. Por conta disso, não recebem nenhuma garantia e há uma total ausência de apoio estatal. Essa comunidade permanece bastante invisibilizada e, além disso, vive sob constante ameaça de desalojo. Como os Matis, vivem próximos a uma tríplice fronteira que liga o Paraguai ao Brasil e à Argentina.

A negação de sua existência por parte do poder público é confirmada pelos dados do último censo da população indígena: em 2012, essa comunidade não aparece registrada, apenas é mencionado um

único grupo familiar pertencente à etnia Mbya Guarani que estaria localizada no quilômetro 12 (lado Monday) em Ciudad del Este.

O grupo Avá Guarani vive nessa região do Paraguai devido a eventos históricos que recordaremos brevemente. Em 1955, abriu-se uma estrada de 200 quilômetros para ligar Coronel Oviedo ao rio Paraná, o que transformaria de forma acelerada toda a geografia do oeste do Paraguai. Dois anos depois, em fevereiro de 1957, foi fundado Puerto Presidente Stroessner, atualmente denominada Ciudad del Este. Na mesma época, também por iniciativa do regime ditatorial do general Alfredo Stroessner, iniciava a chamada “abertura das fronteiras agrícolas”, que terminou por desflorestar a Mata Atlântica e dizimar populações indígenas (MELIÁ, 2011). Ainda que essas terras estivessem ocupadas ancestralmente pelos povos Avá e Mbyá Guarani e pelos Aché, todos pertencentes ao tronco linguístico Tupi, o desflorestamento e o “esparramo”⁶ das populações indígenas se deu tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro da fronteira. É importante destacar que as fronteiras nacionais cortaram um território que era (e é) considerado contínuo para os Guarani.⁷

Essa população indígena busca resistir aos processos de desenvolvimento e vive duplamente marginalizada, pois, além de expoliada de suas terras e tendo espaço apenas em locais próximos aos lixões (em espanhol, “*vertederos*”), como é o caso de comunidades em Ciudad del Este e Colonia Iguazú, não é sequer reconhecida como população

6 “A expulsão das comunidades é denominada pelos índios como “esparramo” ou “sarambi”, entendido como um processo de dispersão e fragmentação que criou sérias dificuldades para a sua reprodução física e cultural” (Grünberg & Meliá, 2008).

7 Como explicam Dos Santos e Brand: “Embora sua história venha, fortemente, marcada e demarcada pelas fronteiras dos Estados Nacionais, estas seguem sem sentido. Sob a ótica guarani, fronteiras, ao contrário das fronteiras dos Estados Nacionais, podem ser relativizadas. A idéia de fronteira fixa surge a partir dos Estados Nacionais”.

indígena. A marginalização chega ao ponto de anulação, pois nem mesmo o local de aterro sanitário é reconhecido pelo governo como sendo terra indígena.

Papelões e plásticos. A cobertura de asfalto do microcentro de Ciudad del Este desaparece debaixo dos montículos de papel de caixas de papelão. Os caminhões de coleta de lixo demoram muitas horas para limpar a cidade, para deixá-la sem os montes de embalagens plásticas e de papel que ali são desprezadas e descartadas diariamente pelos compradores das lojas de Ciudad del Este. Distante apenas 12 quilômetros da cidade, os papelões e os plásticos se transformam em material apreciado, preferidos e considerados mais rentáveis pelos catadores. A chegada do caminhão procedente do microcentro gera grande expectativa para os “gancheros”⁸

Mas há alguns que não conseguem acesso à categoria de “ganchero”: os indígenas Avá Guarani que sobrevivem ao lado do lixão municipal dentro de uma propriedade privada cuja dona administra uma empresa privada recicladora. “As autoridades municipais negam à gente a possibilidade de trabalhar legalmente com o processamento do lixo”, conta Richard Vargas Tupa Mbaraka Miri, liderança comunitária indígena e trabalhador no lixão.

A proibição ao acesso dos Guarani ao trabalho de “ganchero” é contrária à Constituição Nacional, pois esta estabelece, em seu artigo 65,

del derecho a la participación. Se garantiza a los pueblos indígenas el derecho a participar en la vida económica, social, política y cultural del país, de acuerdo con sus usos consuetudinarios, esta Constitución y las leyes nacionales (PETIT, 2008).

8 Lembramos que a denominação é a que faz referência aos catadores e recicladores de lixo.

Os índios Avá Guarani trabalham no lixão há trinta anos. Durante o governo de Nicanor Duarte Frutos (2004-2008), em um terreno de quatro hectares foram construídas casas financiadas pela Itaipu Binacional e essa comunidade foi denominada Tekoha Pyahu. A denominação guarda relação com o modo de ser Guarani, pois, para eles, o termo “*tekoha*” é traduzido como o local onde é possível ser. A palavra “*teko*” significa modo de ser, modo de estar, cultura ou condição, enquanto “*ha*” significa lugar. “Pues bien, *tekoha* es el lugar donde se dan las condiciones de posibilidad del modo de ser guaraní. La tierra, concebida como *tekoha*, es ante todo un espacio sociopolítico y cultural” (MELIÁ, 2011, p. 135). Porém, não foi possível, para esse “*tekoha*”, ser, de fato, um “*tekoha*”, pois os índios logo foram desalojados pelas autoridades municipais e distribuídos em diversos outros assentamentos indígenas “esparramados” pelo território paraguaio. Os Avá Guarani de Ciudad del Este buscam sobreviver como agentes da reciclagem de papelão, plásticos, vidros e alumínio, relegados a trabalhadores clandestinos. No final da tarde, os “*gancheros*”, reconhecidos como tal, voltam para as suas casas. Os Avá Guarani são os outros dos outros,⁹ aqueles trabalhadores localizados mais abaixo na vertical e íngreme pirâmide social do Paraguai.

Hoje, os Avá Guarani resistem em abandonar o aterro. Consideram que ali podem existir, lidando com a separação de papelão, plásticos, vidros e metais. O reembolso desses materiais para a empresa recicladora que opera ao pé da montanha de lixo permite que eles vivam e subsistam no local. Os ganhos dependem de quanto peso conseguiram reunir e varia de acordo com o material. Esta relação aparentemente filantrópica, como a empresa recicladora a apresenta,

⁹ Tomo emprestado o termo empregado pelo etnólogo Luiz Costa ao referir-se aos índios Kanamari que podem ser considerados “os outros dos outros”, ou seja, os outros para os demais povos indígenas do Vale do Javari (AM) (Costa, 2006).

é um trato para obter mão de obra barata e informal. O lixo não só possibilita entrada de dinheiro, mas, também permite aos Guarani resgatar objetos que serão por eles reusados, reaproveitados para construir suas casas, como telhas, materiais de construção, móveis como cadeiras quebradas, armações de eletrodomésticos avariados, ventiladores de pé que giram com o vento e não movidos à eletricidade, apesar do pouco vento que sopra no lugar.

Considerações

O microcentro de Ciudad del Este termina cada tarde com suas ruas cobertas por montanhas de embalagens. O lixo movimentava a vida dessas famílias Avá, que transcorre em torno da chegada dos caminhões carregados de embalagens descartadas pelos compradores de utensílios eletrônicos, perfumes e brinquedos, entre outros itens. Esses indígenas vivem uma realidade muito diferente daquela experienciada pelos Matis, mas ambos têm em comum o fato de serem povos vivendo impactos dessa transformação acelerada rumo a um modo de vida cheio de descartes e resíduos e impactado pelo lixo industrializado. Se uns ainda vivem na alta floresta, preocupados com o pouco lixo que produzem, os outros vivem no meio do lixão, entre latas e mau cheiro de dejetos orgânicos mesclados a plásticos que emana do “*vertedero*”. Os Guarani comentam que sentem suas próprias vidas convertidas em uma forma de despejo, como expresso na fala de Richard Vargas Tupa Mbaraka Miri.

Se, por um lado, os Matis tentam minizar o impacto da produção de lixo em suas comunidades; por outro, os Avá Guarani que vivem em Ciudad del Este mimetizam sua própria comunidade para criar um “*tekoha*” entre os resíduos. Os contextos descritos entre ambas as comunidades indígenas são totalmente distintos, mas nos apontam como dois povos indígenas lidam com o descartado. O caso

Avá Guarani pode ser tomado como uma ilustração premonitória de possibilidades de futuro para outras comunidades indígenas, caso não sejam tomadas ações, por parte dos governos, para cumprir com seus deveres com as comunidades indígenas, tal como é previsto, respectivamente, nas constituições federais do Brasil e do Paraguai. Aos Avá Guarani, a quem é negado o direito de viver em uma terra indígena, sequer é dado o direito de viver no lixão ou o direito de ser trabalhador como “ganchero” ou catador. Os povos indígenas no Paraguai estariam descartados mesmo nesse local que é o local de descarte das sociedades consumidoras.

Post scriptum

Há pouca literatura sobre o manejo de lixo em comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. Entre o que encontramos, há um relatório que descreve como os Galibi-Marwono criaram e fabricaram um forno de queima, um exemplo de boa prática de como um povo indígena lida com o lixo industrializado em sua terra:

O forno de queima foi criado pelos Galibi-Marwono da aldeia Tukay, na Terra Indígena Uaçá. O primeiro forno foi construído na maior aldeia da TI Parque do Tumucumaque, aldeia Missão Tiriyo, onde vivem mais de 400 Tiriyo e Kaxuyana. ‘O forno de lixo do Tukay foi construído com o incentivo dos professores, que compraram as telhas. Os alunos trouxeram o barro e o restante do material. Com um dia de trabalho e participação de toda a comunidade o mesmo ficou pronto. Depois que passamos a usar o forno para queimar o lixo, diminuí muito a quantidade de casos de malária e dengue na aldeia, e não temos mais o risco de pegar doenças através do lixo do posto de saúde, que é todo queimado. Recentemente o forno recebeu uma reforma, também feita pela própria comunidade. Queremos fazer mais dois fornos pequenos, um em cada ponta da aldeia, para facilitar o transporte do lixo. Se todo mundo colaborar, não precisa de muita coisa para construir um forno

desses. É um benefício para nossas crianças, para nós mesmos. Ficamos muito satisfeitos em saber que nossa ideia está sendo aproveitada em outras aldeias, por outros povos indígenas. É com a força da comunidade que a gente faz as coisas. A gente está pronto para dar apoio a quem quiser seguir o nosso exemplo. Cacique Roberto Monteiro, aldeia Tukay (Boletim IEPÉ, 2009).

Referências

ARISI, B. M. “Matis y Korubo, contacto y pueblos aislados: narrativas nativas y etnografía en la Amazonia brasileira”. *Mundo Amazónico*, v. 1, p. 41-64, 2010. Disponível em: <<http://rcb.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/102912010>>.

_____. “Amazonian Exchanges: Txema’s Lessons with Outboard Engines, Mosquito Nets and Images”. *International Review of Social Research*, v. 2, p. 167-184, 2012. Disponível em http://irsr.eu/issue04/11_Arisi_p173-190.pdf.

_____. *Matis e Korubo: contato e índios isolados no Vale do Javari, Amazônia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90128/238452.pdf?sequence=1>.

BESSEN, Gina Rizpah; RIBEIRO, Helena; GUNTHER, Wanda Maria Risso and JACOBI, Pedro Roberto. “Selective waste collection in the São Paulo Metropolitan Region: impacts of the National Solid Waste Policy”. *Ambiente & Sociedade*, v.17, n.3, p. 259-278, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300015&lng=en&nrm=iso>.

BOLETIMIEPÉ, n.9, mai.-dez.2009. Disponível em: http://www.institutoiepe.org.br/media/boletins_ambientais/Boletim_externo_numero_9-2009.pdf.

BRASIL. *Política Nacional de Saneamento Básico*. Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/lei/11445.htm.

BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm>.

COSTA, Luiz. *Os Outros dos Outros: os Kanamari no Vale do Javari*. Disponível em: <http://comin.org.br/static/arquivos-publicacao/semana-dos-povos-2010-os-outros-dos-outros-kanamari-1264100065.pdf>.

DOS SANTOS, Jaqueline; BRAND, Antonio Jacó. *As frentes de expropriação territorial e a ação dos Guarani na fronteira entre o Brasil e Paraguai*. Simpósio temático “Saberes tradicionais e formação acadêmica no âmbito da gestão territorial e sustentabilidade”. IV SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE. SABERES TRADICIONAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA, 2011. Disponível em: <http://www.neppi.org/anais/.../Jaqueline%20dos%20Santos.pdf>.

ERIKSON, Phillippe. *La griffe des Aïeux. Marquage du Corps et Démarquages Ethniques chez les Matis d'Amazonie*. Paris/Louvain: Peeters, 1996.

GRÜNBERG, Georg & MELIÁ, Bartomeu. *Mapa Guarani Retã: Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. UNaM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI, 2008.

JACOBI, Pedro & BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos avançados*, v. 35, n. 71, p. 135-158, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100010&ng=en&nrm=-iso.

LIBORIAN, Max. “Plasticizers: a twenty-first-century miasma”. In: GABRYS, J.; HAWKINS, G; MICHAEL, M. *Accumulation: the material politics of plastic*. London and New York: Routledge, 2015.

MELIÁ, Bartomeu. *Mundo Guarani*. Asunción: Servilibro, 2011.

PETTIT, Horacio Antonio. *Constitución de la República del Paraguay*. Paraguay: Intercontinental, 2008.



Figuras 1,2 e 3: Avá Guarani que vivem no Lixão em Ciudad del Este
Fonte: Marina Cantero



Figuras 4 e 5: Avá Guarani que vivem no Lixão em Ciudad del Este
Fonte: Marina Cantero